

Mapeamento Multidimensional das Desigualdades Regionais em Angola

Multidimensional Mapping of Regional Inequalities in Angola

Waldemar Sérgio Tavares

waldemartavares0@gmail.com

Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real, Portugal; Escola Superior Pedagógica do Cuanza Norte, N'Dalatando, Angola.

Tiago Loiola

tiago.loiola@yahoo.com.br

CETRAD, Vila Real, Portugal; Universidade Federal de Rondônia, Rondônia, Brasil.

Maria da Conceição Peixe Rego

mcpr@uevora.pt

Centro de Estudos e Formação Avançada em Gestão e Economia, Universidade de Évora, Évora, Portugal.

Leonida Tomás Correia

lcorreia@utad.pt

Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real, Portugal.

Resumo

Angola, classificada pelas Nações Unidas como um país de desenvolvimento humano médio, apresenta marcadas assimetrias sociais e regionais. As desigualdades socioespaciais manifestam-se por meio de fortes disparidades nos indicadores de bem-estar e progresso social entre as províncias. Este artigo tem como objetivo mapear as desigualdades multidimensionais nas províncias angolanas, a partir de dimensões associadas à educação, saúde e economia. Os dados foram extraídos de vários relatórios do Instituto Nacional de Estatística de Angola e de diferentes ministérios, tratados e analisados por meio de técnicas de econometria espacial, com o apoio do *software* GeoDa, visando identificar padrões espaciais de concentração das variáveis estudadas. Os resultados evidenciam amplas e persistentes desigualdades em todas as dimensões analisadas. As regiões Leste, Norte e Sul e, em menor grau, o Centro apresentam elevados níveis de carências multidimensionais. Destaca-se o caso das Lundas, ricas em recursos naturais, mas marcadas por desigualdades de género, desemprego, escassez de recursos humanos especializados e elevadas taxas de fecundidade. A província de Luanda, apesar do seu dinamismo económico, revela disparidades críticas em indicadores sociais, como baixas taxas de escolarização, elevada mortalidade materno-infantil, elevado desemprego e baixo PIB *per capita*, sugerindo a presença de uma possível armadilha do desenvolvimento.

Palavras-chave: Assimetrias regionais; Dependência espacial; Desenvolvimento; Países em Desenvolvimento.

Códigos JEL: C31, R11, R15, O18

Abstract

Angola, classified by the United Nations as a country with medium human development, exhibits marked social and regional asymmetries. Socio-spatial inequalities are expressed through significant disparities in indicators of well-being and social progress across the provinces. This article aims to map multidimensional inequalities in Angolan provinces, based on dimensions related to education, health, and the economy. The data were extracted from various reports of the National Institute of Statistics of Angola and different ministries, processed and analyzed using spatial econometrics techniques, with the support of GeoDa software, in order to identify spatial patterns of concentration of the variables studied. The results reveal broad and persistent inequalities across all analyzed dimensions. The Eastern, Northern, and Southern regions, and to a lesser extent the Central region, show high levels of multidimensional deprivation. The case of the Lundas stands out: despite being rich in natural resources, they are marked by gender inequalities, unemployment, a shortage of specialized human resources, and high fertility rates. The province of Luanda, despite its economic dynamism, displays critical disparities in social indicators, such as low school enrollment rates, high maternal and infant mortality, high unemployment, and low GDP per capita, suggesting the presence of a possible development trap.

Keywords: Regional asymmetries; Spatial dependence; Development; Developing countries.

JEL Codes: C31, R11, R15, O18

1. INTRODUÇÃO

A problemática das assimetrias no desenvolvimento dentro de um mesmo país tem as suas raízes académicas modernas identificadas em François Perroux, John Friedman e Jan Tinbergen na década de 60 do século XX. Contudo, o interesse por este tema veio a alargar-se mais recentemente, evoluindo para incluir as assimetrias geradas por processos de globalização e integração económica, criando, muitas vezes, alterações na geografia e na vida das pessoas destas regiões. Estes processos podem levar a um enfraquecimento progressivo dos territórios que se revelam pouco competitivos quando inseridos num contexto comunitário mais vasto (Carvalho & Caeiro, 2011; Rocha, 2010).

Em Angola, persistem fortes desigualdades tanto a nível regional como a nível local. Um dos principais indicadores dessa disparidade é a forma como a receita nacional se distribui pelos diferentes quintis da população. O quintil mais pobre recebe apenas 3,8% do total, enquanto o quintil mais rico concentra 55,6%. Isto significa que, em média, uma pessoa do quintil mais rico ganha cerca de 15 vezes mais do que alguém do quintil mais pobre. Esta diferença acentuada entre os extremos evidencia um elevado nível de desigualdade no país. De acordo com estimativas do Banco Mundial para 2018, os 10% mais ricos detinham 39,6% do rendimento nacional, ao passo que os 10% mais pobres detinham apenas 1,3% (Governo de Angola, 2025).

No contexto angolano, esta abordagem assume particular relevância, uma vez que Angola continua a enfrentar a ausência de uma estratégia clara, coerente e operacional que viabilize a sua efetiva integração económica nos espaços regionais africanos com os quais se encontra formalmente e politicamente comprometida.

O principal objetivo deste artigo é mapear as desigualdades multidimensionais nas regiões e províncias de Angola. Com base em dados do INE-Angola e de diversos ministérios, identificaram-se agrupamentos geográficos com elevada concentração de disparidades nas variáveis analisadas.

Este estudo utiliza uma abordagem econométrica espacial aplicada a dados censitários, com base numa abordagem teórica das desigualdades regionais e numa metodologia de mapeamento de variáveis socioeconómicas. A análise empírica recorre ao Índice de Moran para avaliar a existência e a intensidade da dependência espacial das desigualdades no território angolano.

A estrutura do artigo segue uma progressão lógica: parte do marco teórico sobre as múltiplas dimensões das desigualdades e suas dinâmicas causais; passa pela explicitação dos dados e da metodologia de análise espacial; chega aos resultados empíricos, onde se destacam a relevância estatística dos indicadores e os padrões de dependência espacial entre regiões; e encerra com as

conclusões e um conjunto de propostas de políticas públicas orientadas à equidade, à melhor distribuição da riqueza e à redução das desigualdades regionais.

2. ABORDAGENS MULTIDIMENSIONAIS DAS DESIGUALDADES

A análise das desigualdades tem sido tradicionalmente associada a dimensões clássicas como Educação, Saúde e Rendimento *per capita*, operacionalizadas por meio de indicadores como: Esperança média de vida, nível educacional, acesso a habitação, saneamento, ensino superior, nutrição, cobertura de saúde, mortalidade infantil, taxa de analfabetismo, desemprego, segurança social, informalidade laboral, desigualdade de género, acesso a energia sustentável, vulnerabilidade climática e participação social, entre outros que compõem o cenário de bem-estar social (Bersisa & Heshmati, 2021; Bui & Erreygers, 2020; Foster *et al.*, 2014; Parente, 2019).

Neste contexto, a abordagem de Sen (1997) oferece um quadro teórico fundamental ao argumentar que a qualidade de vida depende não apenas dos recursos disponíveis, mas também da capacidade concreta de os converter em funcionamentos, ou seja, em formas de ser, estar e agir que as pessoas valorizam. Essas oportunidades são moldadas por um conjunto de fatores ambientais, sociopolíticos e individuais, o que evidencia a natureza intrinsecamente multidimensional e contextual das desigualdades (Dréze & Sen, 1996; McKnight *et al.*, 2018).

Fatores como condições ambientais precárias, falta de saneamento, exposição a riscos climáticos ou a ausência de infraestruturas básicas reduzem o bem-estar de comunidades específicas, independentemente do nível de rendimento. Paralelamente a isto, fatores sociopolíticos, como o racismo, a desigualdade de género e a exclusão política, atuam como barreiras estruturais que limitam o acesso a direitos e oportunidades. A estas dimensões somam-se condições pessoais, como a deficiência, a idade ou o estado de saúde que influenciam diretamente a capacidade de conversão de recursos em qualidade de vida. Esse enfoque evidencia que as desigualdades multidimensionais não são distribuídas de maneira uniforme, elas se acumulam e se intersectam de modo complexo em determinados grupos sociais, como mulheres, grupos nativos, minorias étnicas ou pessoas com deficiência, ampliando desvantagens históricas e estruturais, bem como revelando diferenças territoriais graves (McKnight *et al.*, 2018; Soci, 2019).

O enfoque multidimensional possibilita compreender a heterogeneidade da desigualdade, ao reconhecer que o bem-estar dos indivíduos não se limita ao rendimento, mas abrange outros fatores relevantes, como saúde e educação. Por essa razão, autores como Stiglitz & Basu (2016) e Sen (1997) abordaram a necessidade do levantamento dos determinantes do bem-estar numa perspetiva multidimensional.

Dado que o bem-estar é um conceito multidimensional, torna-se necessário quantificar as diversas dimensões e manifestações da desigualdade, de forma a monitorizar as tendências nos resultados do bem-estar individual e social. Nesse sentido, a avaliação da desigualdade multidimensional envolve a consideração de diferentes domínios e indicadores, sendo que as organizações internacionais incorporam vários desses domínios nas suas análises, conforme se apresenta no Quadro 1.

Quadro 1: Infografia das desigualdades multidimensionais definidas pelas organizações

Organização	Medida de referência	Principais dimensões das desigualdades	Fonte de Dados
 FMI (Fundo Monetário Internacional)	Desigualdade crescimento inclusivo	(1) vida e saúde; (2) segurança física e jurídica; (3) educação e aprendizagem; (4) segurança financeira e trabalho digno; (5) condições de vida confortáveis, independentes e seguras; (6) participação, influência e voz, e (7) vida individual, familiar e social.	(McKnight et al., 2018); (David et al., 2025) IMF <i>World Economic Outlook, Fiscal Monitor</i> , IMF Inequality Database
 OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento)	Crescimento inclusivo, Bem-estar, Desenvolvimento regional	Rendimento, emprego, educação, saúde, habitação, desigualdade regional	(OCDE, 2015) OECD Regional Database
 PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento)	Índice de Desenvolvimento Humano	Renda, educação, saúde, género, padrões de vida.	<i>Human Development Reports</i>
 World Bank (Banco Mundial)	Partilha da prosperidade	Crescimento da renda, Pobreza, Acesso aos serviços, desigualdades espaciais.	<i>Human Development Reports</i>
 EU (União Europeia)	Inclusão social e Coesão Territorial	Pobreza, exclusão social, habitação, coesão regional	Eurostat. <i>EU Social Scoreboard</i> , Cohesion
 AfDB (Banco de Desenvolvimento africano)	Crescimento inclusivo e integração regional	Acesso a infraestruturas, disparidades regionais, gaps de desenvolvimento	AfDB Statistics Portal, African Economic Outlook

Fonte: Elaboração própria com base nas publicações oficiais e bases de dados de cada organização (McKnight et al., 2018; OCDE, 2015; Human Development Reports; World Development Reports; Eurostat; AfDB Statistics Portal).

Dadas as dificuldades na obtenção de dados sobre as variáveis na África subsaariana, as medidas de desigualdade multidimensional frequentemente dependem de algumas variáveis estruturais de bem-estar, como educação, saúde e acesso a serviços básicos e a bens domésticos (David et al., 2025).

A abordagem multidimensional da desigualdade é atraente não apenas por abranger diferentes facetas do bem-estar, mas também por permitir a incorporação dos gradientes sociais de seus atributos na avaliação. Dessa forma, uma análise multidimensional pode revelar se as desigualdades presentes em distintas dimensões do bem-estar, como rendimento, saúde e educação, se reforçam mutuamente ou, ao contrário, se compensam entre si (Bui & Erreygers, 2020). No caso da África, a desigualdade impacta significativamente resultados sociais fundamentais, como a saúde, o capital social, a participação política e a inserção da mulher no mercado de trabalho.

Mas por que devemos nos preocupar com a desigualdade? Para Piketty & Sandel (2025) e Soci (2019), ela representa uma ameaça aos direitos básicos, à participação política e à dignidade humana. A desigualdade coloca em risco o acesso a bens essenciais, como a saúde e a educação. Gera a percepção de que os recursos existem, mas não chegam a todos, comprometendo a justiça material e a vida digna. Além disso, a desigualdade faz com que ricos e pobres vivam em mundos separados, frequentando escolas, locais de trabalho e espaços públicos diferentes (Lee & Han, 2024; Lisnek et al., 2025).

Essa segregação enfraquece a democracia, pois reduz a capacidade de todos participarem de forma equitativa da vida política e da construção do bem comum. A desigualdade também corrói a solidariedade e o reconhecimento mútuo, já que a falta de convivência impede que as pessoas se vejam como iguais. Ignorar a desigualdade significa aceitar uma sociedade cada vez mais fragmentada, com menos solidariedade, menos democracia e menos humanidade.

Para Stiglitz (2010), a desigualdade enfraquece a estabilidade e a eficiência económica dos territórios, desacelera o crescimento e ameaça a democracia ao concentrar o poder nas mãos dos ricos. À medida que os cidadãos percebem que o sistema falha, a confiança na democracia e no mercado se deteriora, as oportunidades diminuem e até mesmo a identidade nacional e a coesão social são colocadas em risco.

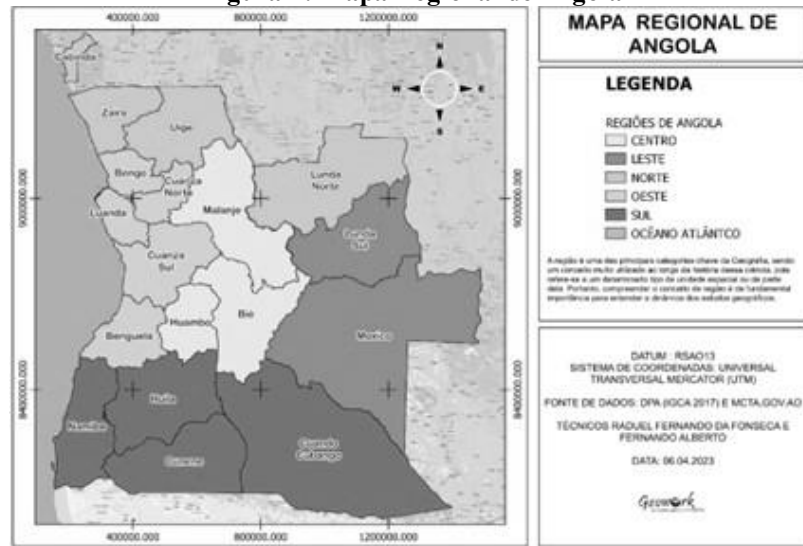
3. DADOS E METODOLOGIA

Para mapear as desigualdades multidimensionais nas províncias de Angola, foram utilizados dados provenientes de diversos relatórios ministeriais, incluindo o INE (Instituto Nacional de Estatística de Angola), Ministério da Saúde, Ministério da Economia, Ministério da Educação, entre outros. Embora os documentos fornecessem informações abrangentes sobre os indicadores no período de 2020 a 2024, optou-se por privilegiar os dados mais recentes, devido à intermitência e à agregação excessiva em muitos registros, bem como à necessidade de realizar um estudo atualizado sobre as desigualdades no território nacional.

O presente estudo sobre as desigualdades regionais em Angola fundamenta-se em referenciais analíticos e em dados de organizações internacionais reconhecidas, tais como o FMI, o PNUD, a OCDE, o Banco Mundial, o Banco Africano de Desenvolvimento e a União Europeia. A análise estrutura-se em três dimensões centrais: Educação, Saúde e Economia, operacionalizadas por meio de variáveis e indicadores comparáveis e amplamente disponíveis, que permitem caracterizar de forma sistemática o perfil socioeconómico de cada região, conforme apresentado no Quadro 1 (Infografia das Desigualdades Multidimensionais definidas pelas organizações).

Conforme ilustra a figura 1, a base geográfica da investigação dividiu o país em cinco regiões predefinidas: Região Norte, Região Centro/Leste, Região Centro/Oeste, Região Sul e a região metropolitana do litoral de Angola (Rocha, 2010). Metodologicamente, o estudo utilizou o *software* GeoDa para mapear padrões espaciais e desigualdades territoriais, identificar assimetrias e clusters sociais, e o *software* JAMOV para análises multivariadas que avaliaram as correlações e a influência entre variáveis.

Figura 1: Mapa Regional de Angola



Fonte: Alberto (2023)

Este estudo de análise econométrica espacial utilizou testes de proximidade e de vizinhança para confirmar estatisticamente a existência de padrões espaciais, como *hotspots* de pobreza ou aglomerações económicas, no território angolano. A ferramenta central para esta análise foi o Índice de Moran, uma medida de autocorrelação espacial.

Esta metodologia permitiu quantificar a interdependência espacial entre variáveis e identificar se áreas com valores semelhantes (como pobreza alta ou baixa) se agrupavam no espaço. O Índice de Moran Global mede este padrão em todo o território, enquanto o Índice de Moran Local (LISA) identifica *clusters* específicos de quatro tipos: Alto-Alto, Baixo-Baixo, Alto-Baixo e Baixo-Alto nas diferentes unidades regionais. Um valor positivo do índice indica autocorrelação espacial positiva (valores semelhantes se agrupam), e um valor negativo indica o oposto. O índice global de Moran, é dado pela seguinte equação:

$$I = \frac{n}{\sum_i \sum_j w_{ij}} \frac{\sum_i \sum_j w_{ij} (y_i - \bar{y})(y_j - \bar{y})}{\sum_i (y_i - \bar{y})^2}$$

Em que:

n - é a quantidade total de observações;

w - é o peso espacial normalizado, que representa a matriz de pesos que define a vizinhança espacial entre as unidades geográficas. É uma medida da proximidade espacial entre as unidades e é usada para ponderar a contribuição de cada vizinho na autocorrelação espacial.

y_i e y_j - são os valores da variável em análise nas unidades geográficas i e j , respetivamente.

$\bar{y}$ - é a média dos valores da variável em estudo em todas as unidades geográficas.

w_{ij} - matriz de peso espacial i e j , medindo o grau de interação entre elas.

A análise de I de Moran local, também conhecida como *Local Indicator of Spatial Association* (LISA), capta agrupamentos espaciais de dependência espacial de uma variável em determinada região, considerando a média das regiões vizinhas.

As estimativas do I de Moran local mostram quatro relações importantes entre os *clusters*:

- a) Alto-Alto (AA), que indica uma província com valores altos em si e em sua vizinhança;
- b) Baixo-Baixo (BB), uma província com valores baixos, cercada por províncias com valores semelhantes;
- c) Alto-Baixo (AB), província com alto valor, mas cercada por províncias com baixo valor;
- d) Baixo-Alto (BA) que indica província com baixo valor cercada por regiões de valores altos.

De forma geral, o Índice de Moran permite calcular um coeficiente de associação linear de tipo cruzado. Valores positivos (entre 0 e +1) indicam autocorrelação positiva e valores negativos (entre 0 e -1) indicam autocorrelação negativa (Fotheringham & Rogerson, 2025; Loiola *et al.*, 2024).

A determinação da autocorrelação espacial analisou o grau de dependência entre regiões angolanas por meio de uma matriz de pesos espaciais, baseada na contiguidade do tipo rainha de primeira ordem, que considera a vizinhança, a distância e a semelhança socioeconómica.

O LISA foi utilizado para avaliar a autocorrelação espacial significativa em cada unidade regional, considerando duas abordagens: a univariada (que analisa uma variável em relação aos seus vizinhos) e a bivariada (que relaciona uma variável com outra nos vizinhos). Essa aplicação resultou na elaboração de mapas de significância e de clusters. Observou-se ainda que províncias geograficamente próximas tendiam a apresentar valores semelhantes ou, em alguns casos, divergentes nas variáveis analisadas.

Dentre os indicadores levantados no estudo, selecionou-se um representante por dimensão, priorizando aqueles considerados mais críticos e que melhor refletem as desigualdades entre as províncias de Angola. O objetivo central foi identificar *hotspots* e *coldspots* de cada variável, destacando as áreas de maior e menor concentração dos fenómenos analisados.

A análise local univariada avaliou cada indicador considerando a influência das regiões vizinhas, resultando em médias espacialmente ponderadas por território. Complementarmente, aplicou-se o LISA bivariado para captar a dependência espacial entre pares de variáveis.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1. Análise espacial exploratória e mapeamento das desigualdades nas diferentes províncias

Com o objetivo de caracterizar as desigualdades multidimensionais entre as províncias de Angola, procedeu-se a uma análise de proximidade em três etapas complementares: (i) a Análise Local de Indicadores de Associação Espacial (LISA Univariado) e (ii) a Análise Local de Associação Cruzada (LISA Bivariado), complementadas por uma (iii) Análise de *clusters*. Esta abordagem permitiu identificar padrões espaciais de concentração e heterogeneidade, fornecendo uma visão mais abrangente das disparidades regionais no país.

4.1.1. Análise Local (LISA Univariado)

Com o objetivo de avaliar o grau de aglomeração espacial e a abrangência da representatividade das variáveis multidimensionais no território angolano, realizou-se uma análise individual de cada

variável ou indicador nas diferentes dimensões consideradas, proporcionando uma compreensão inicial da distribuição geográfica dos principais indicadores da análise socioespacial em estudo.

4.1.1.1. Educação

No domínio da educação, destacam-se três padrões principais: analfabetismo, baixa taxa de acesso e pouca disponibilidade de recursos humanos qualificados. A análise espacial evidencia padrões consistentes de desigualdade regional. O analfabetismo concentra-se no Centro-Leste (figura 2), sobretudo nas províncias do Moxico e do Cuando Cubango, com níveis particularmente elevados em áreas rurais e periféricas, refletindo limitações estruturais e baixa cobertura de infraestrutura escolar. O acesso ao ensino apresenta fortes contrastes territoriais, com menor ingresso na região leste face ao litoral centro-ocidental, apesar da elevada concentração absoluta de alunos em províncias como Luanda, Namibe e Huíla (figura 3).

Paralelamente, a distribuição de professores revela acentuada concentração urbana (figura 4), especialmente em Luanda e Benguela, contrastando com a escassez persistente no Leste, Norte e Sul do país. Estes padrões revelam uma desconexão estrutural entre recursos educacionais e necessidades regionais, agravada por limitações institucionais e económicas.

De acordo com Pintinho (2023) e Tvedten *et al.* (2018), cerca de 30% dos adultos angolanos são analfabetos, sobretudo as mulheres rurais. Persistem atrasos escolares e fortes desigualdades de género, com maior incidência de agregados chefiados por mulheres sem escolaridade (34,6%) face aos chefiados por homens (6,1%), devido à entrada tardia e menor permanência feminina na escola. A expansão do sistema educacional nem sempre foi acompanhada de crescimento proporcional no número de professores e investigadores, o que sobrecarregou a capacidade de ensino (Africano *et al.*, 2019).

Parafraseando Marques & Contreras (2022), questões económicas do país se refletem na qualidade da formação e capacitação de professores, bem como em sua requalificação e promoção profissional. A escassez de professores continua sendo um obstáculo, especialmente nas áreas regionais recônditas, tendo em conta a fraca capacidade do Estado de descentralizar tomadas de decisão.

Figura 2: Taxa de analfabetismo em Angola (2024)

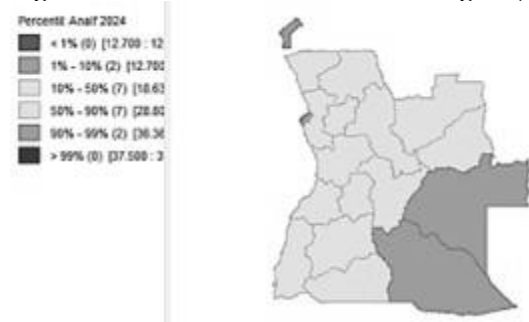


Figura 3: Nº de estudantes matriculados (2022)

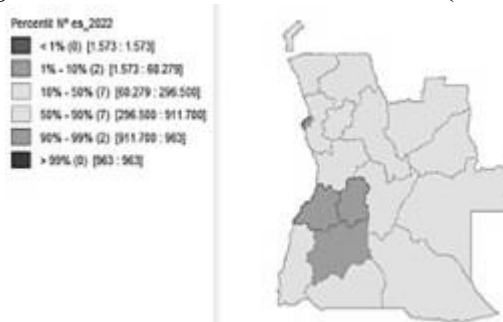
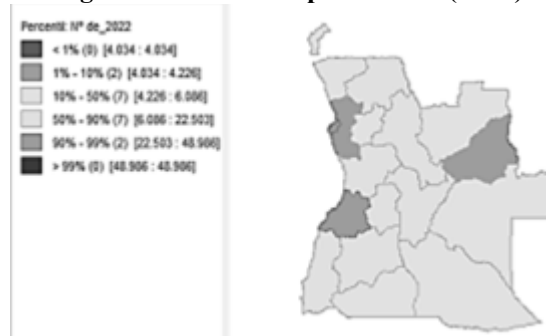


Figura 4: Número de professores (2022)

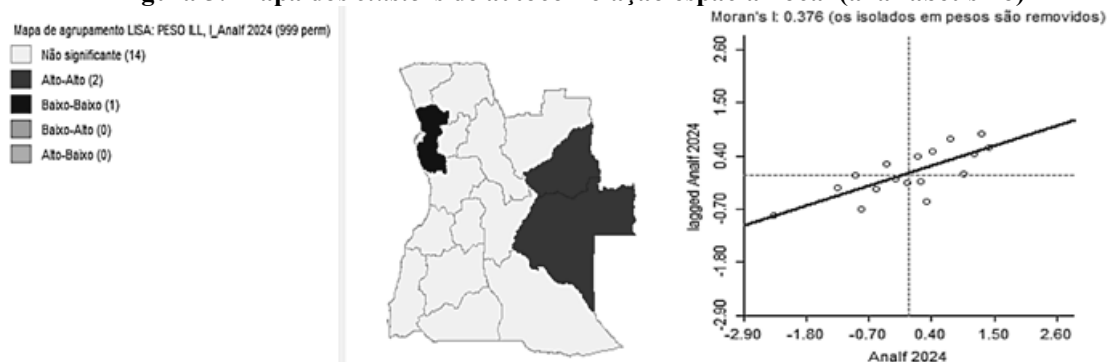


Fonte: Elaboração própria

O analfabetismo destaca-se como um dos principais indicadores das desigualdades territoriais na dimensão educacional, refletindo assimetrias estruturais persistentes em Angola. Para analisar a sua distribuição espacial, aplicou-se a análise de associação local (LISA I), que permitiu identificar aglomerados estatisticamente significativos deste fenómeno.

Os resultados, apresentados na figura 5, indicam a presença de *clusters* alto-alto na região Leste, particularmente nas províncias do Moxico e da Lunda Sul, evidenciando elevados níveis de analfabetismo em áreas vizinhas com valores igualmente altos. Em contraste, províncias como o Bengo apresentam padrões baixo-baixo, caracterizados por baixos índices de analfabetismo circundados por regiões com características semelhantes.

Figura 5: Mapa dos *clusters* de autocorrelação espacial local (analfabetismo)



Fonte: Elaboração própria

O gráfico de Moran indica autocorrelação espacial positiva moderada ($I = 0,38$), evidenciando o agrupamento de regiões com elevados níveis de analfabetismo, reforçado pela inclinação positiva da linha de tendência.

Luanda possui o maior número de professores, enquanto o Leste carece de recursos humanos na educação. Segundo Lopes *et al.* (2022), cerca de metade da população com 15 ou mais anos nas províncias do leste é analfabeta, com valores entre 52% (Moxico) e 44% (Lunda-Sul), muito acima da média nacional de 34,4%. Tal cenário reflete o fraco investimento estatal em educação, a escassez de infraestruturas e a falta de recursos pedagógicos e humanos. No ensino primário, as baixas taxas de conclusão resultam de fatores como entrada tardia, desistências, repetências, deficiências de infraestrutura, turmas superlotadas, carência de materiais e sobrecarga docente. Entre as raparigas, as responsabilidades domésticas e o casamento precoce agravam a exclusão escolar (AUDA-NEPAD, 2020).

No ensino superior, as regiões leste e centro-norte (Bié e Cuanza Norte) registam o menor número de graduados. Silva (2023) aponta causas como desigualdade na oferta de vagas, precariedade das infraestruturas, baixa qualidade dos cursos, fraca qualificação docente, elevado custo dos materiais, exclusão de grupos vulneráveis e falta de ligação entre o ensino e o mercado de trabalho.

4.1.1.2. Saúde

A análise da saúde em Angola revela padrões regionais distintos. O crescimento natural é mais elevado nas províncias de Luanda e Cuanza Norte, refletindo maior urbanização e população jovem, com Luanda crescendo duas vezes mais rápido que a média nacional. A cobertura vacinal é desigual, sendo Moxico, Cuando Cubango e Lunda Norte as províncias com menor taxa, enquanto Luanda e Zaire lideram a vacinação (figura 8). A distribuição de médicos evidencia severa desigualdade, com apenas 1 médico por 10.000 habitantes no Leste, Norte e Sul (figura 9).

As taxas de fecundidade são mais altas em áreas rurais do Centro-Leste, influenciadas pela idade média ao casamento e pelo grau de urbanização (figura 10 e 11). A mortalidade por malária afeta sobretudo crianças em províncias rurais como Bengo e Lunda Norte, agravada por precariedade nutricional e saneamento inadequado. Por fim, a mortalidade materno-infantil permanece elevada, especialmente em áreas urbanas densas e rurais com acesso limitado a cuidados pré-natais e partos institucionalizados.

Com relação à natalidade, Luanda cresce duas vezes mais depressa do que a população total de Angola (figura 6). Mais de metade deste crescimento é devida ao excedente de nascimentos em relação aos óbitos, e o restante é causado pelo êxodo rural.

A metrópole de Luanda representa cerca de 24% do total nacional, seguida das províncias da Huila, com 9%, e de Huambo e Benguela, ambas com 7% cada (INE, 2025). Tvedten *et al.* (2018) afirmam que 42% da população angolana vive sem acesso à água potável e 60% não tem acesso a instalações sanitárias. Ao mesmo tempo, a desigualdade é elevada em Angola, com um coeficiente de Gini de 0,53.

Em 2022, Angola registou um número estimado de 7,5 milhões de casos de malária e 13.600 mortes (figura 7), sendo as crianças e mulheres os grupos mais vulneráveis, com uma ramificação de estilo “árvore”. O corredor centro-norte é o mais predominante ao nível da prevalência e a capital Luanda, devido à sua densidade e problemas de saneamento, situa-se numa condição crítica face a esta epidemia (Tavares *et al.*, 2022).

A mortalidade materna e infantojuvenil continua a ser um problema de saúde pública em Angola (figura 12). Apenas 61% das gestantes fizeram quatro ou mais consultas pré-natais e apenas 46% dos partos ocorrem numa unidade de saúde, registando-se uma enorme disparidade entre o meio urbano e o rural, onde apenas 16% das mulheres tiveram o parto numa unidade sanitária (UNICEF, 2018).

A província de Benguela apresentou em 2019 a maior taxa de mortalidade infantil, enquanto o Moxico registou uma taxa inferior a 7 óbitos por 1000 nascidos vivos. A disparidade entre ricos e pobres na taxa de mortalidade infantil em Angola requer atenção; os pobres sofrem uma carga de mortalidade infantil desproporcionalmente maior. A taxa de mortalidade cresce mais nos bebés do género masculino pelos riscos de complicações no parto, doenças infecciosas, como sífilis, malária, tétano e doenças diarreicas, possibilidade de nascerem prematuros e possuírem o sistema imunológico mais fraco (Shibre, 2020).

Em Angola, as barreiras existentes no acesso aos cuidados de saúde materna, a disponibilidade de serviços de proximidade, principalmente em áreas rurais, a concentração de serviços de parto, geralmente em áreas urbanas, podem estar impedindo as mulheres de procurar o parto institucionalizado, influenciando por isso a alta mortalidade materno-infantil (Rosário *et al.*, 2019).

Figura 6: Taxa de natalidade (2022)

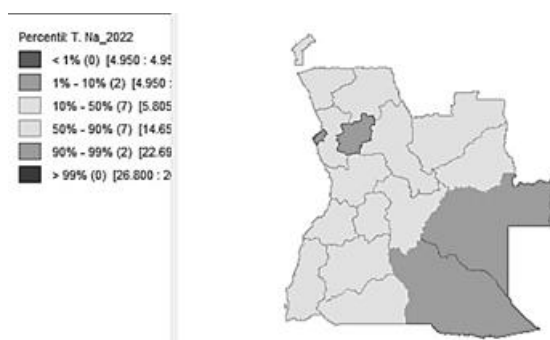


Figura 7: Taxa de mortalidade por paludismo (2022)

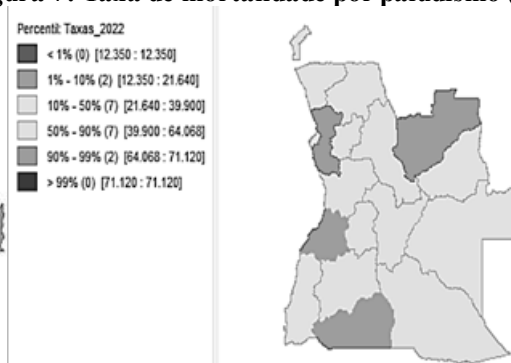


Figura 8: Mapa de vacinação (2024)

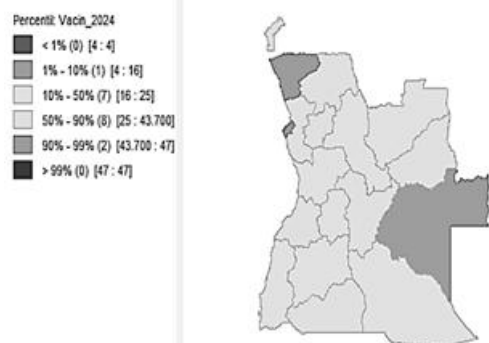


Figura 9: Taxa de médicos/10.000 hab. (2024)

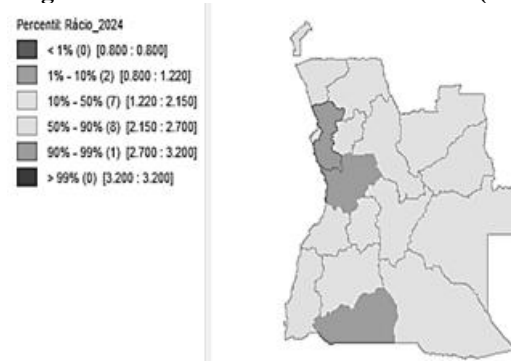


Figura 10: Mulheres em idade de casamento (2024) Figura 11: Taxa de Fertilidade (2024)

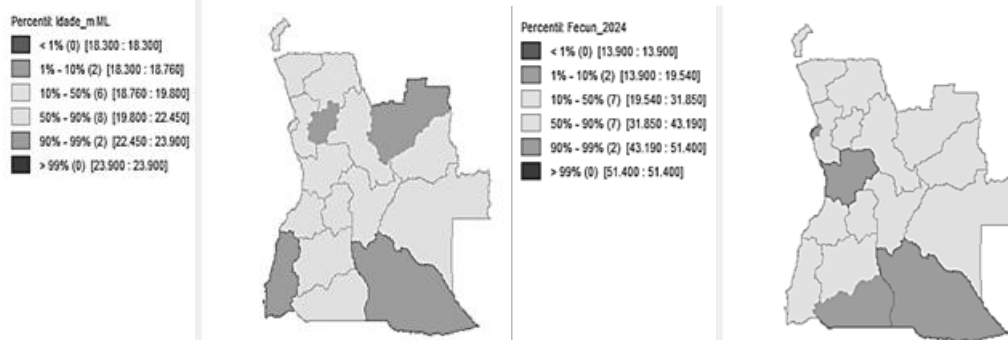
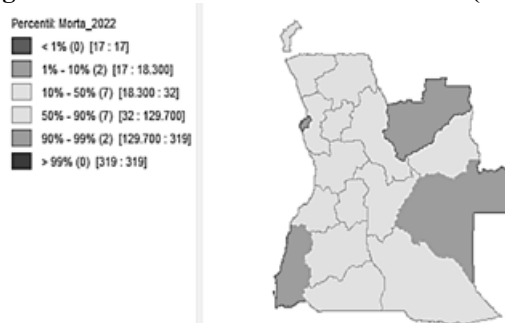


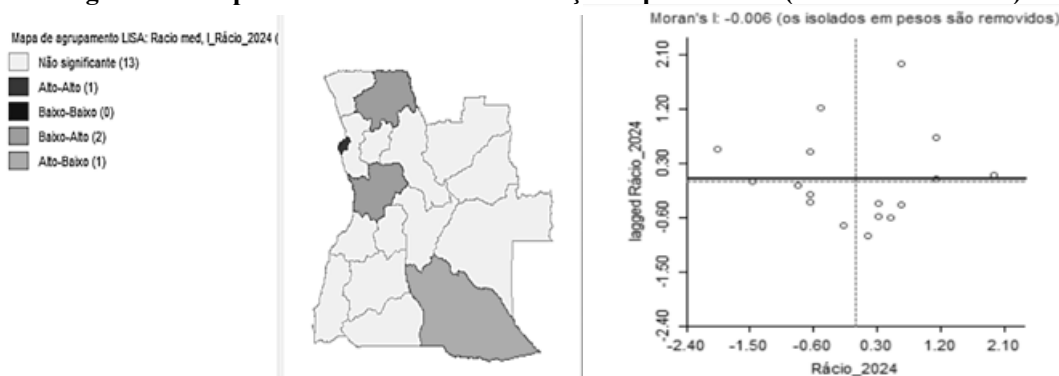
Figura 12: Taxa de mortalidade Materna (2022)



Fonte: Elaboração própria

A aplicação do método LISA ao indicador de rácio médico por 10 mil habitantes permitiu identificar padrões de associação espacial significativos (figura 13). Os resultados mostram a concentração dos valores mais elevados na região de Luanda, formando um *cluster* distinto, enquanto nas regiões Sul, Centro e Leste observa-se um padrão atípico, em que áreas com valores elevados se encontram rodeadas por regiões com baixos índices, contrastando com o padrão predominante no litoral.

Figura 13: Mapa de *clusters* de autocorrelação espacial local (Rácio médico/hab.).



Fonte: Elaboração própria

Esses dados sugerem que há diferenças regionais significativas na distribuição dos índices, com concentração marcada na capital e situações atípicas em algumas áreas do Sul, o que pode refletir variações locais ou fatores específicos que influenciam a medida analisada.

4.1.1.3. Economia

A análise económica regional em Angola revela desigualdades marcantes no desenvolvimento humano e na distribuição de recursos. O PIB *per capita* apresenta padrões paradoxais (figura 14): províncias ricas em recursos naturais, como Lunda Norte, Lunda Sul e Cabinda, registam baixos

indicadores económicos, demonstrando uma desconexão entre a capacidade de geração de riqueza e o desenvolvimento humano local. O desemprego segue um padrão dualista (figura 16): é mais elevado nos grandes centros urbanos, como Luanda, Benguela, Cabinda, Huíla, Bengo e Lunda Norte, atingindo níveis críticos na Lunda Sul e no Cunene.

Nas áreas rurais, o desemprego é menor graças à predominância do setor agrícola, enquanto nas regiões urbanas, baseadas no comércio e nos serviços, as taxas são mais elevadas (World Bank, 2020). Para Rafael & Yoba (2020), a província da Lunda Sul, em particular, enfrenta graves desafios socioeconómicos, a destacar: má distribuição de rendimento; concentração de poder e gestão ineficiente dos recursos públicos, carência de investimento em áreas sociais, o que acentua a falta de emprego e agrava as desigualdades. Os efeitos da seca climática na província do Cunene também têm contribuído para a escassez de projectos empreendedores alinhados com as características da região.

A incidência da pobreza também evidencia desigualdades territoriais persistentes (figura 15). Bié e Cunene apresentam os níveis mais críticos, seguidos por Cuando Cubango, Moxico, Cuanza Sul, Huambo e Huíla, regiões predominantemente rurais. A dependência de atividades económicas de baixo rendimento, somada ao legado histórico de guerras e à ausência de políticas de desenvolvimento integrado e inovação social, sustenta a elevada pobreza multidimensional observada nessas províncias.

Observa-se uma disparidade significativa no desenvolvimento entre as regiões Norte e Litoral, Centro e Sul de Angola, com destaque para a capital, Luanda, que concentra cerca de 50% dos investimentos públicos. Essa assimetria tem impactos diretos no progresso socioeconómico regional. Dado que o investimento público tende a catalisar o capital privado, a região Sul, por ser mais favorecida, apresenta uma densidade empresarial superior tanto em iniciativas públicas quanto em privadas. Como consequência, a população sulista beneficia de um padrão de vida mais elevado e de uma oferta de emprego maior, o que acentua ainda mais o contraste com o Norte (Sacala *et al.*, 2025).

Figura 14: PIB per capita (2022)

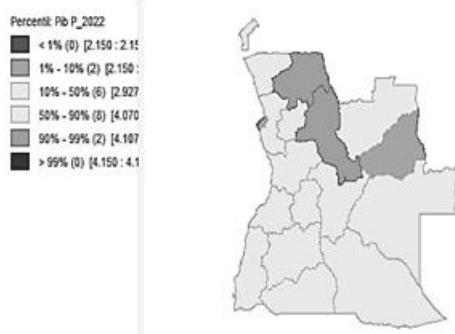


Figura 15: Incidência da Pobreza (2020)

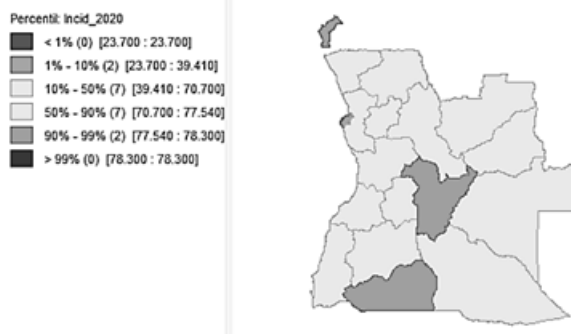
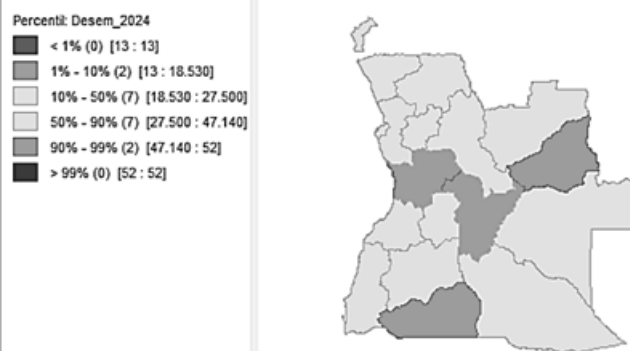


Figura 16: Taxa de Desemprego (2024)

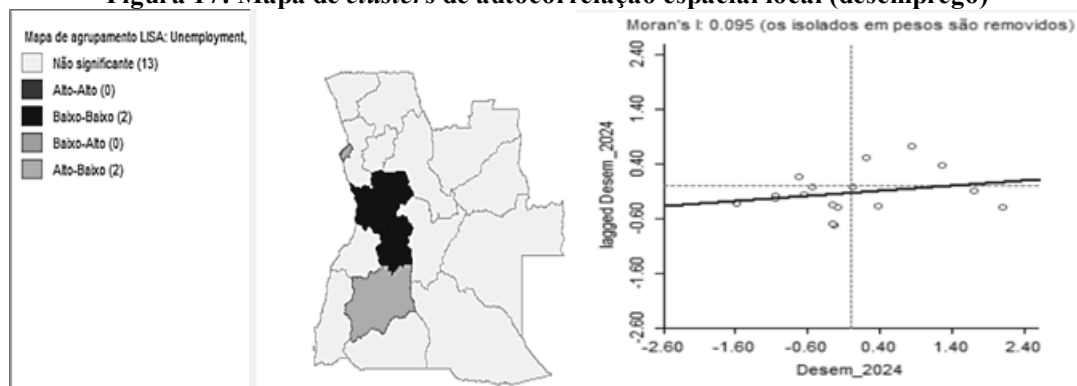


Fonte: Elaboração própria

O desemprego é um indicador central das desigualdades na distribuição de renda familiar. A análise LISA revelou autocorrelação espacial global positiva, porém fraca ($I = 0,095$), indicando baixa tendência de agrupamento entre províncias com taxas semelhantes (figura 17). Localmente, foram identificados dois *clusters* baixo-baixo e dois *outliers* alto-baixo, correspondentes a áreas de

elevado desemprego inseridas em regiões de baixos índices, configurando *hotspots* principalmente no litoral norte, próximo de Luanda, e em centros urbanos do sul com alta densidade populacional.

Figura 17: Mapa de *clusters* de autocorrelação espacial local (desemprego)



Fonte: Elaboração própria

Este resultado revela a existência de dados bastante heterogêneos do fenómeno em estudo no território angolano. Províncias como o Cuanza Sul, Huambo, Cuanza Norte e Bié tendem a ter baixos índices de desemprego, pela influência da sua realidade rural.

Para avaliar a significância estatística dos *clusters* observados e determinar a probabilidade de que os padrões espaciais das variáveis analisadas sejam concentrados, dispersos ou distribuídos ao acaso, realizaram-se os testes de *p-value*, apresentados na Tabela 1.

Tabela 1: Tabela-síntese dos valores do I de Moran e dos seus valores de significância

Variáveis/ Indicadores	Índice de Moran local	<i>p-value</i> local	Tipo de <i>cluster</i>	Significância	Pseudo-significância I Moran para cada variável
Analfabetismo	0.38	0.002	H-H	***	Autocorrelação espacial positiva, forte e significativa — agrupamento claro de valores semelhantes.
Taxa de Desemprego	0.09	0.17	H-H	*	Tendência tênue de autocorrelação espacial positiva e de similaridade local, não significativa ao nível usual - padrão espacial aleatório.
PIB <i>per capita</i>	-0.11	0.41	L-H	s/signif	Tendência fraca negativa, não significativa, sem autocorrelação detectável.
Incidência da Pobreza	0.12	0.09	L-L	*	Autocorrelação espacial positiva fraca. Não significativo ao nível de 5%. Probabilidade de ter <i>clusters</i> locais fracos.
Rácio médicos/hab.	-0.01	0.34	L-H	s/signif	Padrão espacial essencialmente aleatório, sem significância estatística.
Taxa de fecundidade	0.02	0.28	L-H	s/signif	Padrão espacial essencialmente aleatório, sem significância estatística.
Nº alunos matriculados	-0.12	0.32	L-H	s/signif	Tendência negativa fraca, não significativa. Dissimilaridade e padrão aleatório.
Nº de professores nas diferentes províncias	0.16	0.12	H-H	*	Autocorrelação espacial positiva fraca a moderada. Sugere-se uma tendência leve ao agrupamento espacial, mas não significativa ao nível de 5 %
Taxa de vacinação infantil	-0.02	0.37	L-H	s/signif	Não há tendência clara de agrupamento nem de dispersão; os valores parecem distribuídos aleatoriamente no espaço.
Taxa de natalidade	0.26	0.02	H-H	***	Autocorrelação espacial positiva significativa ao nível de 5%. Apresenta padrão espacial de agrupamento

Fonte: Elaboração própria a partir do Geoda

Para obter o *p-value* do I de Moran no GeoDa, utilizou-se um teste de permutação por aleatorização (999 permutações), que gerou uma distribuição de referência e o respetivo histograma de dispersão. Os resultados indicaram autocorrelação espacial positiva e estatisticamente significativa ($p < 0,05$) para as variáveis: “analfabetismo” ($I = 0,38$), “incidência da pobreza” ($I = 0,12$) e “taxas de natalidade” ($I = 0,26$), confirmando a presença de *clusters* espaciais.

Para as demais variáveis analisadas, os *p-values* foram superiores ao limiar de 0,05, não permitindo rejeitar a hipótese nula de aleatoriedade espacial ao nível de confiança convencional. No entanto, observa-se uma notável proximidade entre os valores de *p* (variando entre 0,328 a 0,481),

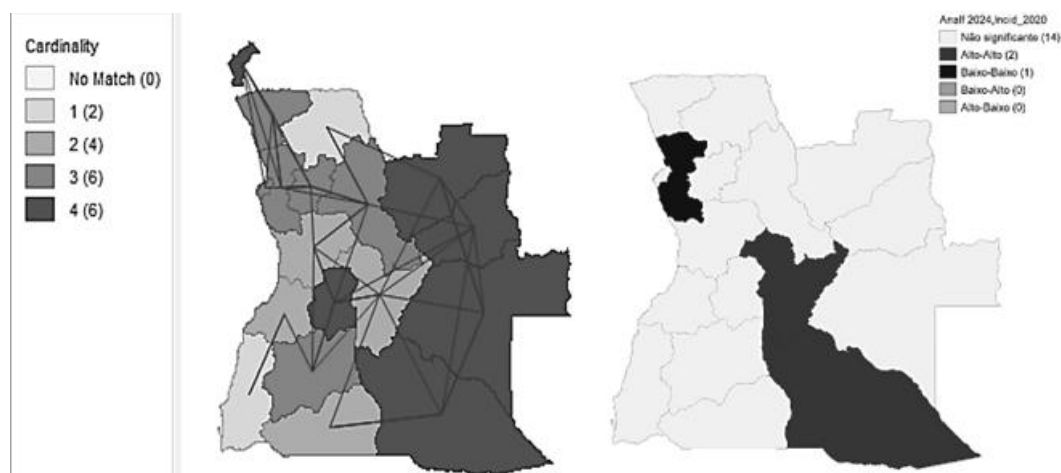
o que pode sugerir a existência de um processo espacial subjacente comum ou uma fraca dependência espacial compartilhada entre essas variáveis, ainda que individualmente não atinjam significância estatística.

Em alguns casos, embora o Índice de Moran Global não tenha indicado autocorrelação espacial estatisticamente significativa ao nível de 5%, ao nível agregado, a análise LISA revelou *clusters* locais do tipo Alto–Alto, Alto–Baixo e Baixo–Alto, evidenciando a presença de dependência espacial localizada. Contudo, a análise local (LISA) identificou alguns *clusters* estatisticamente significativos, sugerindo heterogeneidade espacial, com *clusters* de similaridade elevada (H–H, L–L, L–H e H–L) e dissimilaridade.

4.1.2. Análise Local (LISA Bivariado)

A análise espacial da incidência da pobreza em Angola revela uma forte correlação com os padrões de analfabetismo, as dificuldades no acesso à educação, a insuficiência de recursos humanos qualificados, o número reduzido de escolas e a escassa oferta de formação técnica e superior de qualidade e bem distribuída territorialmente, além das persistentes desigualdades regionais.

Figura 18: Mapa bivariado de *clusters* de autocorrelação espacial local (Analfabetismo/Incidência).

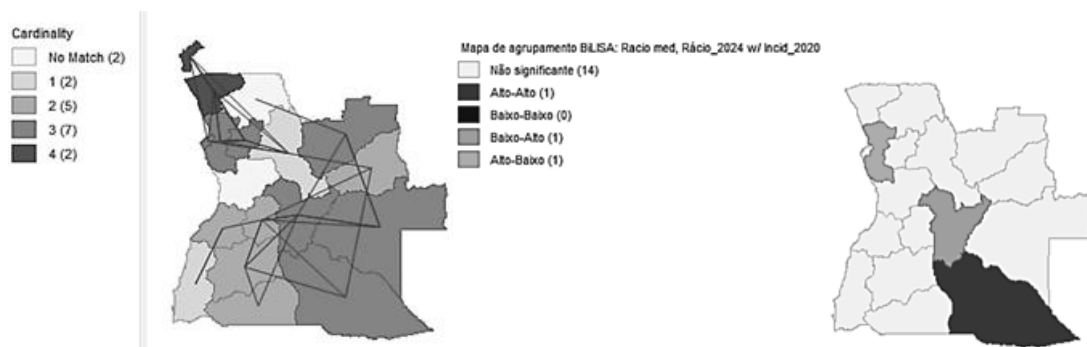


Fonte: Elaboração própria

As regiões Centro e Leste, especialmente Bié, Moxico e Cuando Cubango (figura 18), concentram as maiores taxas de pobreza e analfabetismo, enquanto áreas litorais e urbanizadas, como Luanda, Benguela e Namibe, apresentam níveis mais baixos. Essa distribuição evidencia a relação entre exclusão educativa e privação económica, refletindo desigualdades históricas e dificuldades de acesso a serviços básicos. A autocorrelação positiva indica que províncias vizinhas compartilham padrões semelhantes, formando redes regionais de desvantagem.

Segundo Macosso *et al.* (2022) e Candido (2025), entre 2015 e 2019, Cabinda passou de 1 para 2,3 médicos por 10.000 habitantes, mas a concentração urbana e o défice rural persistem. Apesar disso, a mortalidade materna permanece elevada (221,9/100.000 nascimentos) e projeções indicam que 1,6 milhão de pessoas poderão deixar de beneficiar dos avanços em saúde, o que evidencia a necessidade de políticas mais equitativas.

O analfabetismo está associado a maior fecundidade e menor cobertura vacinal infantil, enquanto as taxas de natalidade infantil aumentam à medida que a cobertura vacinal aumenta. Esses padrões evidenciam relações complexas entre educação, saúde e desigualdade socioeconómica.

Figura 19: Mapa bivariado de *clusters* de autocorrelação espacial local (Rácio Médico/Incidência da Pobreza)

Fonte: Elaboração própria

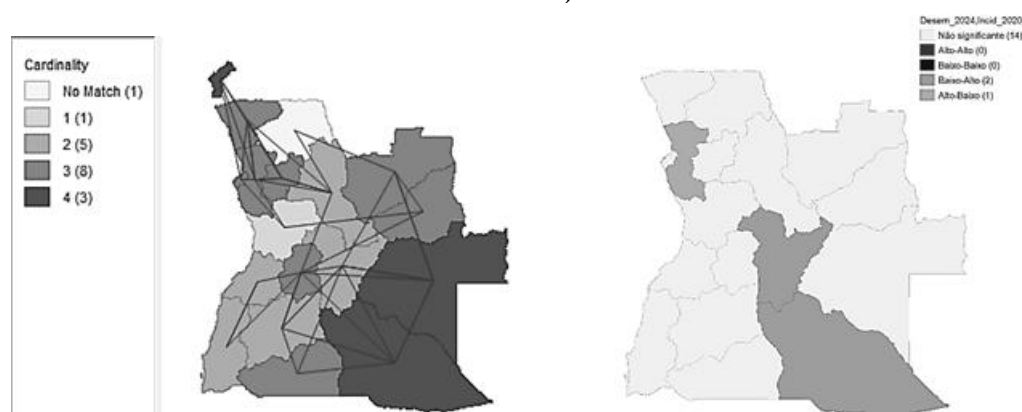
A análise espacial da saúde em Angola revela uma profunda correlação de vizinhança entre os padrões de desigualdade sanitária e a incidência da pobreza, evidenciando que o acesso limitado a serviços básicos de saúde reforça o ciclo de privação social e económica. As províncias mais pobres, Moxico, Lundas, Cuando Cubango, Malanje, Cuanza Sul, Bié e Namibe, apresentam também menor cobertura vacinal e défice de recursos médicos, o que reflete a sobreposição entre a vulnerabilidade económica e a desproteção sanitária (figura 19).

Estudos de Macosso *et al.* (2022) e Candido (2025) confirmam essa tendência, apontando que, apesar de melhorias pontuais, como o aumento do número de médicos em Cabinda, persiste a concentração urbana de 85% da força médica nacional, o que aprofunda a desigualdade entre capitais litorais mais ricos e zonas rurais mais pobres.

Na dimensão económica, as desigualdades regionais em Angola são evidentes. As regiões diamantíferas de Lundas, Luanda, Cabinda, Cuanza Sul e Cunene apresentam um PIB abaixo da média, o que reflete menor dinamismo económico e maior vulnerabilidade social. As Lundas e o Cunene registam as taxas mais altas de desemprego jovem, enquanto províncias com predominância agrícola, como Cuanza Sul e Bié, apresentam níveis mais favoráveis de empregabilidade.

Segundo o INE (2019), Luanda concentra quase metade das empresas do país (48,7%), seguida por Benguela, Huambo e Huíla, enquanto as províncias do Leste, como Lunda Norte, Lunda Sul, Moxico, Malanje e Cuando Cubango, participam de forma muito reduzida na atividade empresarial.

Entre as atividades económicas predominam o comércio, agricultura, pecuária, pesca e indústrias transformadoras, concentradas nas capitais e áreas litorais. O interior, com baixo PIB, desemprego elevado e limitada diversificação económica, enfrenta múltiplos desafios. O PIB *per capita* correlaciona-se positivamente com a pobreza, evidenciando desigualdade na distribuição de riqueza, enquanto desemprego e exclusão educativa se combinam para agravar a privação socioeconómica nas regiões menos urbanizadas e isoladas.

Figura 20: Mapa bivariado de *clusters* de autocorrelação espacial local (Desemprego/Incidência da Pobreza)

Fonte: Elaboração própria

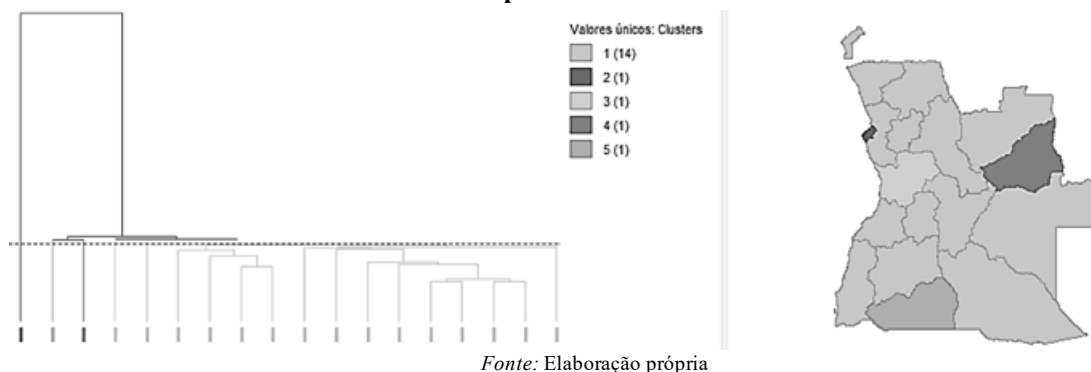
Com base em dados do INE (2019), sabe-se que Luanda concentra 48,7% das empresas do país, seguida por Benguela (8,1%), Huambo (6,3%) e Huíla (5%), ao passo que as províncias do Leste têm participação inferior: Lunda Norte (2,8%), Lunda Sul (1,9%), Moxico (1,5%), Malanje (1,8%) e Cuando Cubango (1,1%).

Neste enquadramento, a análise das desigualdades territoriais em Angola, através da elaboração de um mapa de *clusters*, evidencia diferentes níveis de vulnerabilidade regional (figura 20): máxima em 2 (duas) províncias, elevada em oito (8), moderada em quatro (4) e reduzida em três (3), incluindo os principais centros económicos, como Luanda. Observa-se que o litoral ocidental, com destaque para Luanda, Benguela, Huambo e Huíla concentra o PIB, as atividades formais e as infraestruturas, configurando um polo produtivo com forte autocorrelação positiva. Em contraste, províncias como o Bié, Moxico, Cuando Cubango e as Lundas apresentam baixa industrialização, dependência de atividades primárias e elevada pobreza estrutural, enquanto o interior mantém emprego precário e informal, reforçando a centralidade costeira e a desigualdade regional.

4.2. Análise de *Clusters*

Os *clusters* apresentados na Figura 21 refletem desigualdades históricas e dinâmicas económicas e sociais atuais, mostrando como fatores políticos, económicos e sociais se combinam para gerar padrões de exclusão e privilégio em Angola. Assim, identificam-se áreas mais favorecidas e regiões em situação crítica, destacando os *clusters* de maior desigualdade territorial.

Figura 21: Dendrograma e mapa de *cluster* de hierarquia e de semelhanças socioespaciais nas províncias



Cluster 1 – abrange 14 províncias, apresenta desigualdades moderadas e relativamente homogêneas, associadas a economias pouco diversificadas e limitado acesso ao emprego formal.

Segundo Rocha (2010) e Zau (2002), a região Centro-Leste, que inclui Malanje, Lunda Norte, Lunda Sul, Moxico e Cuando Cubango, abrange cerca de 55% do território angolano e apresenta subdesenvolvimento económico, atraso social e índices de fome e pobreza acima da média nacional. Apesar da produção de diamantes, os efeitos da “doença holandesa” restringiram o desenvolvimento dos demais setores e limitaram os investimentos públicos e privados, consolidando esta área como a mais desfavorecida de Angola, marcada por condições de vida precárias.

Cluster 2 – corresponde a Luanda, concentra o maior dinamismo económico, mas também as desigualdades mais acentuadas. A rápida urbanização, impulsionada pela migração interna, tem intensificado a pressão sobre os serviços básicos, ampliando a exclusão social e a precariedade, sobretudo entre os jovens. A falta de acesso à educação de qualidade ou a oportunidades no mercado de trabalho afeta principalmente os jovens, que são empurrados para a economia informal, em trabalhos desvalorizados e sem reconhecimento. Muitos enfrentam a pobreza extrema e o sentimento de invisibilidade social (Morais, 2024; Morena, 2023; Segunda, 2025).

Luanda tem estado a capitalizar a sinergia entre população e atividade económica, pela crescente absorção de população proveniente do interior do país, reforçando o sentido da desertificação do interior em favor do litoral, representando um aglomerado de população economicamente ativa de cerca de 30,2% (Morena, 2023; Rocha, 2010).

Clusters 3, 4 e 5 – refletem contextos de elevada vulnerabilidade. O Cuanza-Sul evidencia um perfil agrícola e fraca integração económica, com elevados níveis de pobreza multidimensional (INE,

2020). A Lunda Sul apresenta características semelhantes, agravadas por desigualdades no mercado de trabalho e elevados níveis de desemprego (World Bank, 2020). O Cunene destaca-se pela situação mais crítica, onde a seca prolongada de há mais de 20 anos e a dependência da agropecuária intensificam a pobreza, os conflitos por recursos e a exclusão social (Rocha, 2010; World Bank, 2020).

A condição climática no Cunene tem intensificado a pressão na região sul da fronteira Huíla/Cunene, devido ao aumento da transumância (migração sazonal de gado). Este movimento, que inclui fluxos provenientes de áreas mais secas, como o próprio Cunene e a Namíbia, tem sobrecarregado os recursos hídricos e gerado conflitos pelo acesso a água e pastagens. A seca prolongada tem ainda perturbado estes ciclos, com impactos significativos: vacinação insuficiente do gado, maior risco de propagação de doenças e abandono escolar precoce entre as crianças que acompanham os rebanhos. Estes fatores contribuem para a reprodução de ciclos persistentes de pobreza e desigualdade (World Bank, 2022).

5. CONCLUSÃO E PROPOSTAS DE AÇÃO

A análise geográfica das assimetrias em Angola revela um paradoxo do desenvolvimento nacional. Regiões periféricas, como o Leste, Norte, Sul e Centro, enfrentam graves carências sociais, desemprego e falta de recursos humanos, mesmo em áreas ricas em recursos naturais, como as Lundas, o que mostra que a riqueza não garante bem-estar. Já Luanda, principal centro económico, sofre com desigualdades sociais, baixo PIB *per capita*, elevados índices de natalidade e de mortalidade materno-infantil e desemprego. Assim, o país, ancorado na armadilha do desenvolvimento, apresenta um duplo padrão de desigualdade: nas regiões ricas, a prosperidade não gera desenvolvimento humano; o crescimento não é equitativo nem assegura qualidade de vida.

Para promover o crescimento endógeno e uma distribuição mais equitativa de rendimento, contribuindo assim para a redução das desigualdades em Angola, autores como Martin (1999), Rocha (2010), Rodriguez-Pose *et al.* (2018), Atisa *et al.* (2021) propõem uma estratégia nacional orientada para diminuir as disparidades regionais, baseada num modelo de desenvolvimento concentrado, inovador e interligado (*trade-off* entre crescimento e equidade espacial).

Essa abordagem assenta na criação e no fortalecimento de polos regionais de crescimento, conectados por infraestruturas eficientes e sustentados por políticas locais de inovação e capacitação (inovação e redução dos custos de inovação). Esta estratégia, deverá incluir o mapeamento do potencial económico de cada região, a instalação de parques tecnológicos e industriais, o investimento em educação técnica e profissional, bem como a promoção de parcerias entre o governo, universidades e empresas (investimento em educação e infraestrutura de ligação inter-regional). Esta ideia visa integrar as políticas públicas baseadas na sensibilidade ao local, sob uma gestão territorial coordenada que se propõe a fomentar mecanismos de redistribuição produtiva e uma governança nacionalmente integrada.

Diante do exposto, torna-se evidente que a concretização de um desenvolvimento territorial sustentável exige a implementação de um conjunto articulado de melhorias estruturais nas províncias de Angola. Dentre as demais propostas de ação, Khethiwe (2023) enuncia que se deverão melhorar as infraestruturas educativas, investir em infraestruturas rurais, na construção de escolas, na melhoria das condições de transporte e na expansão das infraestruturas digitais para apoiar a aprendizagem remota. Tal exige um compromisso de financiamento a longo prazo, uma vez que o financiamento sustentável é fundamental para assegurar a continuidade e o sucesso das iniciativas de educação. É igualmente necessário o fortalecimento da resposta às políticas de género, por meio do reforço legislativo que garanta o acesso igual à educação, permita a alteração dos estereótipos e crie um ambiente de aprendizagem inclusivo.

No sector da saúde, a Estratégia de Saúde para a África 2018–2030 sugere a criação de medidas sustentadas nas capacidades humanas e institucionais para pesquisa e inovação em saúde, promovendo soluções adaptadas às necessidades locais. O conhecimento deve ser aplicado à produção de produtos, serviços, políticas e práticas de saúde. É necessário fortalecer as plataformas de dados, adotar tecnologias emergentes, aprimorar os sistemas regulatórios e promover a colaboração regional e internacional, a fim de construir um ecossistema de saúde sustentável.

Para tal, é necessário estabelecer parcerias intrassectoriais para fortalecer a articulação entre os sistemas de saúde central, intermédio e distrital-local, permitindo a implementação eficaz das reformas necessárias. Parcerias com comunidades, universidades e o setor privado, incluindo indústrias, garantem maior participação social, consenso, avaliação e financiamento sustentáveis dos programas de reforma. Destacam-se ainda as colaborações com organizações multilaterais e bilaterais, com os meios de comunicação e a consulta contínua à sociedade, *stakeholders* e aos formuladores de políticas (AUDA-NEPAD, 2019; Lambo & Sambo, 2003).

Não obstante a relevância das conclusões, a realização deste estudo enfrentou limitações decorrentes da disponibilidade de dados sobre os diferentes indicadores multidimensionais. Destaca-se, nomeadamente, a inexistência de dados continuados que permitissem uma análise de séries temporais, bem como a dificuldade de acesso a dados governamentais, devido à tendência de politização das informações, o que limitou a profundidade da análise. Para futuros estudos, perspetiva-se o desenvolvimento de uma investigação de maior desagregação territorial, isto é, uma análise que descenda ao nível municipal e que mobilize microdados, de modo a permitir uma compreensão mais aprofundada das realidades críticas de desigualdades à escala local.

REFERÊNCIAS

- Africano, N., Rodrigues, A. S., & Santos, G. (2019). The Main Benefits of the Implementation of the Quality Management System in Higher Education Institutions in Angola. *Quality Innovation Prosperity*, 23(3), 122–136. <https://doi.org/10.12776/qip.v23i3.1292>
- Alberto, F. P. N. (2023). *Mapa das regiões de Angola*. Spatialnode. <https://www.spatialnode.net/projects/mapa-das-regioes-de-angola-49657c>
- Atisa, G., Zemrani, A., & Weiss, M. (2021). Decentralized governments: Local empowerment and sustainable development challenges in Africa. *Environment, Development and Sustainability*, 23, 3349–3367. <https://doi.org/10.1007/s10668-020-00722-0>
- AUDA-NEPAD. (2019). *Health Research and Innovation Strategy for Africa (HRISA): 2018-2030* | AUDA-NEPAD. <https://www.nepad.org/publication/health-research-and-innovation-strategy-africa-hrisa-2018-2030>
- AUDA-NEPAD. (2020). *Angola—ISS African Futures*. <https://futures.issafrica.org/geographic/countries/angola>
- Bersisa, M., & Heshmati, A. (2021). A Distributional Analysis of Uni-and Multidimensional Poverty and Inequalities in Ethiopia. *Social Indicators Research*, 155(3), 805–835. <https://doi.org/10.1007/s11205-021-02606-w>
- Bui, T. K. T., & Erreygers, G. (2020). Multidimensional inequality in Vietnam, 2002–2012. *Economies*, 8(2), 1–31. <https://doi.org/10.3390/economies8020029>
- Candido, T. (2025). *Challenges in managing the health workforce for universal health coverage in Angola* | EndNote Click. https://click.endnote.com/viewer?doi=10.5937%2Fsmcl6-58221&token=WzQ1MDc5ODYsIjEwLjU5Mzcvc21jbGs2LTU4MjIxIl0.CLUVGer_bbmsB8F51aVefnLKqw
- Carvalho, M.L.S. & Caeiro, M.O.G.S.J. (2011). Economia, Sociologia, Ambiente e Desenvolvimento Rural. *Actas do 2.º Encontro Luso-Angolano*. Universidade Metodista de Angola. <https://www.file:///C:/Users/walde/AppData/Local/Temp/MicrosoftEdgeDownloads/80947b8c0c05-4ee4-81df-1aeca73cba67/2ELA%20ACTAS%20FINAL.pdf>
- David, A., Leibbrandt, M., Ranchhod, V., & Yasser, R. (2025). *Inequalities in Sub-Saharan Africa*. <https://doi.org/10.1596/978-1-4648-2150-9>. <https://pure-oai.bham.ac.uk/ws/portalfiles/portal/1254246616/9781464821509.pdf>
- Dréze, J., & Sen, A. (1996). *India Economic Development and Social Opportunity*. Oxford University Press/Oxford. <https://doi.org/10.1093/oso/9780198290124.001.0001>
- Foster, J., Washington, G., & Lokshin, M. (2014). *Multidimensional and Specific Inequalities*. Policy Research Working Paper Series. World Bank. 1–46.
- Fotheringham, A. S., & Rogerson, P. A. (2025, outubro 3). *The SAGE Handbook of Spatial Analysis*. SAGE Publications Ltd. <https://uk.sagepub.com/en-gb/eur/the-sage-handbook-of-spatial-analysis/book227940>
- Governo de Angola. (2025). *II Relatório Nacional Voluntário 2025 sobre a Implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável: Uma reflexão colectiva sobre progressos e desa-*

firos de Angola. United Nations High-Level Political Forum. <https://hlpf.un.org/sites/default/files/vnrs/2025/VNR%202025%20Angola%20Report.pdf>

INE. (2019). *Relatório dos Resultados do Recenseamento de Empresas e Estabelecimentos REMPE -2019-Fevereiro 2023 Relatório*. <https://www.ine.gov.ao/publicacoes/detalhes/MTEyNzk=>

INE. (2020). *Pobreza Multidimensional em Angola—IPM-Junho 2020 Relatório*. <https://www.ine.gov.ao/publicacoes/detalhes/Ng==>

INE. (2025). *Resultados Definitivos do Recenseamento Geral da População e Habitação - Novembro 2024 Relatório*. (sem data). Obtido 25 de novembro de 2025, de <https://www.ine.gov.ao/publicacoes/detalhes/NDc0MTE>

Khethiwe, D. (2023). Education and Social Inequality in Africa: Gender, Poverty, and Regional Disparities. *Research and Advances in Education*, 2(8), 52–65.

Lambo, E., & Sambo, L. G. (2003). Health sector reform in sub-Saharan Africa: A synthesis of country experiences. *East African Medical Journal*, 80(6 Suppl), S1-20. <https://doi.org/10.4314/eamj.v80i6.9308>

Lee, Y., & Han, S. (2024). Perceptions of inequality and loneliness as drivers of social unraveling: Evidence from South Korea. *Scientific Reports*, 14(1), 26922. <https://doi.org/10.1038/s41598-024-76555-y>

Lisnek, J. A., Caluori, N., Brown-Iannuzzi, J. L., & Oishi, S. (2025). Investigating How High Perceived Economic Inequality Exacerbates Intergroup Competition, Zero-Sum Beliefs, and Perceived Intergroup Prejudice. *Personality & Social Psychology Bulletin*, 51(10), 1942–1961. <https://doi.org/10.1177/01461672241234787>

Loiola, T., Correia, L., Fernández, M. (2024). Políticas públicas de desenvolvimento regional na Amazônia Ocidental: O caso das Áreas de Livre Comércio. *EURE (Santiago)*, 50(151), 1–28. <https://doi.org/10.7764/eure.50.151.03>

Lopes, P. C., Caramelo, J., & Correia, L. G. (2022). *Educação escolar na região leste angolana: Perceções de professores(as) e alunos(as) do ensino secundário sobre o processo da implementação de educação escolar*. <https://doi.org/10.25749/sis.26119>

Macosso, T., Do Céu Costa, M., Gregório, J., & Macosso, A. (2022). Exploratory Study on Municipalization of Health in Angola – Characterization of Human Resources for Health staffing and Health Units’ managers’ profile in Healthcare services and Training institutions of Cabinda Province. *Journal Biomedical and Biopharmaceutical Research*, 19(1), 3–18. <https://doi.org/10.19277/bbr.19.1.274>

Marques, C. M. R., & Contreras, F. C. A. (2022). Environmental education at secondary school level in africa: A case study in Benguela-Angola. *Universidad y Sociedad*, 14(3), 282–297.

Martin, P. (1999). Public policies, regional inequalities and growth. *Journal of Public Economics*. [https://doi.org/10.1016/S0047-2727\(98\)00110-8](https://doi.org/10.1016/S0047-2727(98)00110-8)

McKnight, A., Loureiro, P. M., & Vizard, P. (2018). *Multidimensional Inequality Framework*. AFSEE. <https://www.cms-else.cloud.contensis.com/en-gb/projects/multidimensional-inequality-framework>

Morais, C. E. F. (2024). *Juventude e vulnerabilidades sociais em Luanda, Angola*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós -Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais. Natal, Brasil. <https://repositorio.ufrn.br/items/e52bb966-6cb6-45a5-9d6c-73037709ed24>

Morena, Z. (2023). Desemprego em Luanda: Um problema social à luz da realidade angolana. *RCI - UNIKIVI*, 1(1), 1–12.

OCDE. (2015). *Inclusive growth: the OECD measurement framework*. (Statistics Directorate Working Paper No. 64). [https://one.oecd.org/document/STD/DOC\(2015\)6/en/pdf](https://one.oecd.org/document/STD/DOC(2015)6/en/pdf)

Parente, F. (2019). A Multidimensional Analysis of the EU Regional Inequalities. *Social Indicators Research*, 143(3), 1017–1044. <https://doi.org/10.1007/s11205-018-2000-6>

Piketty, T., & Sandel, M., J. (2025). *Equality: What It Means and Why It Matters* (I edição). Editorial Presença. https://www.politybooks.com/bookdetail?book_slug=equality-what-it-means-and-why-it-matters--9781509565504

Pintinho, M. C. A. (2023). *Analfabetismo e Desemprego como fatores de exclusão social. Caso do Município de Cazenga / Angola*. Tese de Doutoramento. Universidade de Évora. Portugal. <http://hdl.handle.net/10174/35761>

Rafael, F. M. M., & Yoba, C. P. C. (2020). Desigualdade social, sua incidencia no desenvolvimento sustentavel da Lunda Sul. *Revista Eletrónica KULONGESA – TES*. ISSN 2707-353X, 2(4), 1–8.

Rocha, M. J. A. da. (2010). *Desigualdades e assimetrias regionais em Angola: Os factores de competitividade territorial*. Universidade Católica de Angola, Centro de Estudos e Investigação Científica.

Rodriguez-Pose, A., Iammarino, S., & Storper, M. (2018). Regional inequality in Europe: Evidence, theory and policy implications. *CEPR Discussion Papers*, Artigo 12841. <https://ideas.repec.org/p/cpr/ceprdp/12841.html>

Rosário, E. V. N., Gomes, M. C., Brito, M., & Costa, D. (2019). Determinants of maternal health care and birth outcome in the Dande Health and Demographic Surveillance System area, Angola. *PLOS ONE*, 14(8), e0221280. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0221280>

Sacala, A. C., Elizeu, G. J., & Mecoca, G. A. Q. (2025). Assimétrias no processo de redistribuição da renda em Angola: uma análise comparativa entre as regiões Norte e Sul de Angola de 2019 a 2023. *RCI - UNIKIVI*, 1(1), 1–12.

Segunda, J. R. J. (2025). *Desigualdades sociais: uma das principais causas da extrema pobreza em Angola* | *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*. <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/18341>

Sen, A. (1997). *On economic inequality*. Oxford University Press. https://books.google.pt/books?hl=es&lr=&id=Kb03KNreUqc&oi=fnd&pg=PA1&dq=amartya+sen+1997&ots=aehmT0rdSC&sig=ZvfkZjTtNKgFH_D0Us-EycJyt94&redir_esc=y#v=onepage&q=amartya%20sen%201997&f=false

Shibre, G. (2020). Social inequality in infant mortality in Angola: Evidence from a population-based study. *PLOS ONE*, 15(10), e0241049. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0241049>

Silva, V. A. B. da. (2023). (PDF) *Onde está a educação em Angola?* ResearchGate. https://www.researchgate.net/publication/370029158_Onde_esta_a_educacao_em_Angola

Soci, A. (2019). *Inequality and Democracy* (SSRN Scholarly Paper No. 3413009). Social Science Research Network. <https://doi.org/10.2139/ssrn.3413009>

Stiglitz, J. (2010). Freefall: America, free markets, and the sinking of the world economy. *Choice Reviews Online*, 47(11), 47-6385-47–6385. <https://doi.org/10.5860/CHOICE.47-6385>

Stiglitz, J., & Basu, K. (2016). *Inequality and Growth: Patterns and Policy: Volume I: Concepts and Analysis* | SpringerLink. <https://link.springer.com/book/10.1057/9781137554543>

Tavares, W., Morais, J., Martins, J. F., Scalsky, R. J., Stabler, T. C., Medeiros, M. M., Fortes, F. J., Arez, A. P., & Silva, J. C. (2022). Malaria in Angola: Recent progress, challenges and future opportunities using parasite demography studies. *Malaria Journal*, 21(1), 396. <https://doi.org/10.1186/s12936-022-04424-y>

Tvedten, I., Lázaro, G., Jul-Larsen, E., Agostinho, M., Pestana, N., Strønen, I. Å., Fortuna, C., & NangaCovie, M. (2018). *CMI Report, number 6, April 2018*. <https://www.cmi.no/publications/file/6497-urban-poverty-in-luanda-angola.pdf>

UNICEF. (2018). *Saúde Materna e Infantil* | UNICEF Angola. <https://www.unicef.org/angola/sa%C3%BAde-materna-e-infantil>

World Bank. (2020). *World Bank Angola – Poverty Assessment – DW Angola*. https://dw.angonet.org/lib_doc/world-bank-angola-poverty-assessment/

World Bank. (2022). *Water Security and Drought Resilience in the South of Angola* | Korea Green Growth Trust Fund. <https://www.wbgkggtf.org/node/3747>

Zau, F. (2002). *Angola: Trilhos para o desenvolvimento*. Universidade Aberta. <http://hdl.handle.net/10400.2/442>

Agradecimentos

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UID/04011/2025/CETRAD – Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento (<https://doi.org/10.54499/UID/04011/2025>) e o Projeto UID/04007/2025/CEFAGE.